

Este é um Boletim Urgente fora da rotina. Foi, como de costume, apurado e redigido no Rio de Janeiro, pelo Assessor Executivo, Gustavo Gindre. Contudo, sua formatação não pôde ser feita em Porto Alegre, pela Coordenação Geral do Fórum. Assim, ele segue fora dos padrões usuais do Boletim Urgente. Esperamos que entendam esta situação provisória. Em breve, os problemas estarão resolvidos.

LEI DA TV A CABO QUASE SOFRE ALTERAÇÕES

O deputado Laprovita Vieira (PPB-RJ) apresentou, no dia 12 de junho, para votação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) seu relatório sobre o projeto do deputado Luiz Moreira (PFL-BA), que altera alguns pontos da Lei da TV a Cabo.

A proposta confere concessões de TV a Cabo para as operadoras que fizeram contrato de intenção com as "teles" (empresas do sistema Telebrás) para transportarem seus sinais através da Rede Pública, antes da aprovação da Lei da TV a Cabo, em 6 de janeiro de 1995. São dezenove empresas, especialmente em Goiás, Bahia e Distrito Federal, que se reúnem na Associação Nacional dos Operadores de TVs por Assinatura (Anota).

O argumento principal é o de que as "teles" investiram capital nas suas redes e agora precisam funcionar. Na verdade, se trata de mais uma vez legitimar a política do fato consumado, a revelia da lei.

Uma segunda modificação diz respeito à necessidade de parecer do Conselho de Comunicação Social na regulamentação da Lei da TV a Cabo. Na lei, a regulamentação deve ser encaminhada ao Conselho que teria trinta dias para emitir parecer, em caráter consultivo. Até hoje o Conselho não foi empossado pelo Senado e o Minicom, assim mesmo, baixou a regulamentação.

A proposta de Luiz Moreira procura transformar em legal a atitude do Minicom. Ou seja, se o Ministro Sérgio Motta ignorou uma lei aprovada pelo Congresso, por culpa do Congresso que não empossou o Conselho de Comunicação Social, a saída encontrada é transformar o arbítrio em atitude legal.

Os deputados Cássio Cunha Lima (PMDB-PB) e Jacques Wagner (PT-BA) pediram vistas ao projeto e não houve votação. Na próxima quarta-feira, 19 de junho, o projeto volta à pauta da CCTCI. Tanto o Fórum quanto a Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABTA) farão pressão para a rejeição do projeto.

TELECOMUNICAÇÕES: LEI MÍNIMA NO SENADO.

Dia 19 de junho o Ministro Sérgio Motta participará da primeira audiência sobre a Lei Mínima das telecomunicações no Senado. Em seguida virão o presidente da Telebrás, um membro da Fittel e representantes das empresas nacionais e estrangeiras da área.

Na Câmara dos Deputados, a CCTCI está formando uma subcomissão de Telecomunicações para acompanhar os procedimentos do Executivo. Seu papel pode ser relevante. Pois, na proposta de Lei Mínima aprovada na Câmara, durante os próximos seis meses o Minicom acumulará as funções de executor e fiscalizador de si mesmo. Este será um período crítico de formulação do novo modelo de telecomunicações, a partir da quebra do monopólio estatal. Pode ser que esta subcomissão reverta a omissão do Congresso Nacional, que na Lei Mínima se omitiu em participar do processo.

AValiação DO FÓRUM ESTAVA CORRETA SOBRE O DESTINO DA LEI DE IMPRENSA

Movidos por um sentimento de revanche contra a imprensa, parlamentares de diversos partidos iniciaram campanha pela aprovação de uma Lei de Imprensa, extremamente rigorosa. Duas alterações foram introduzidas no acordo feito pelo Fórum com os empresários da área. Pena de prisão para crimes de opinião e multas que poderiam chegar a 20% do faturamento anual da empresa.

Estas duas propostas punham em risco a liberdade de informar, criando graves condições para a intimidação do exercício do jornalismo.

Os empresários de comunicação deram grande destaque à votação da Lei de Imprensa em seus veículos. Mas, ao invés de questionar, apenas, as duas alterações ao acordo, passaram a negar a própria necessidade de uma Lei de Imprensa.

A Executiva do Fórum avaliou que se tratava de uma manobra para evitar a votação da lei este ano e permitir que as próximas eleições ocorram com a vigência de uma legislação ainda da ditadura militar.

Nesta semana, as suspeitas se confirmaram. Tanto o líder do PFL na Câmara, deputado José Inocêncio (PFL-PE), quanto o presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo

Magalhães (PFL-BA), afirmaram que a Lei de Imprensa não será votada este ano. A alegação é de que a pauta está lotada e o tema precisa de longo debate. A audiência que estava marcada entre Luís Eduardo e o presidente da Fenaj, Américo Antunes, foi suspensa, sem previsão de nova data.

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.

No dia 11 de junho, a Associação de Radiodifusão Livre e Comunitária do Rio-de Janeiro (Ar Livre), realizou manifestação na porta da sede regional do Minicom. Estiveram presentes mais de 15 rádios comunitárias. Uma comissão formada por cinco pessoas foi recebida pelo Delegado Regional, Hélio Ketsman.

TV SENADO JÁ É NACIONAL

Desde o dia 5 de junho a TV Senado não é mais um privilégio dos assinantes de TV a Cabo do Distrito Federal. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, por exemplo, já recebem o sinal.

A TV Senado é um dos seis canais de acesso público previstos na Lei da TV a Cabo e se destina, basicamente, a transmissão do Plenário e das Comissões.

RELATOR DIVULGA PARECER SOBRE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

O relator dos projetos sobre radiodifusão comunitária, deputado Edson Queiroz (PPB-CE), entregou seu parecer. Em relação ao projeto do Fórum, apresentado pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), muitos pontos foram mantidos. Em especial, a obrigatoriedade de um conselho comunitário, a pluralidade na programação e o funcionamento sem fins lucrativos.

A potência permanece entre 25 e 50 watts para as rádios e limite de 100 watts para as TVs. A grande alteração é a definição de apenas duas frequências nacionais para o FM e uma para UHF.

Foi incluído o limite de 10% da programação para fins publicitários e a permissão para uso de equipamento artesanal. Universidades e entidades educacionais também poderiam operar na radiodifusão comunitária.

Caso a publicação no Diário Oficial ocorra hoje, 14 de junho, os membros da CCTCI terão até o dia 21 de junho para

apresentarem sugestões de emendas ao parecer do relator. O deputado Jacques Wagner (PT-BA) marcou reunião para o dia 18 de junho com os representantes das rádios comunitárias. Deste encontro deverão sair as emendas do Fórum.

MAIS UM PROJETO

Na véspera da divulgação do parecer do relator, ainda surgia um novo projeto para a regulamentação da radiodifusão comunitária. Seu autor é o deputado goiano Pedrinho Abrão, líder do PTB na Câmara.

RELATÓRIO SAI POR PRESSÃO DO PRESIDENTE DA CCTCI

O deputado Ney Lopes (PFL-RN) pressionou o relator da radiodifusão comunitária, Edson Queiroz (PPB-CE), para apressar a divulgação de seu parecer. Os motivos da pressão ainda são desconhecidos.

A Comissão Pró-Associação Nacional de Radiodifusão Popular pede que os comitês do Fórum enviem fax para os parlamentares de seus estados que integram a CCTCI, pedindo a aprovação do projeto nos termos da proposta do Fórum.

FÓRUM FAZ DENÚNCIA PÚBLICA

No dia 12 de junho o Fórum tornou público o documento "Diante das omissões do Legislativo e do Judiciário, o Governo FHC retoma práticas de autoritarismo, exclusão e beneficiamento de grupos na área das comunicações".

O dossiê foi protocolado na Procuradoria Geral da República, no Supremo Tribunal Federal, no Ministério da Justiça, no Minicom, na Presidência da República, nas lideranças de todos os partidos na Câmara e no Senado, na Presidência do Senado e na Presidência da Câmara.

A Senadora Benedita da Silva (PT-RJ) fez pronunciamento registrando o recebimento do documento e pedindo que o Senado o torne público. Agora, o documento será distribuído para cada senador e publicado no Diário Oficial.

O Procurador dos Direitos do Cidadão de Brasília, Wagner Gonçalves, em audiência com a representante do Comitê-RJ, Beth Costa, acolheu o documento e ficou de estudar possíveis ações na justiça.

Como parte da estratégia de divulgação do dossiê nos estados, o vereador Chico

Alencar (PT-RJ), líder da bancada, fez pronunciamento no dia 12 de junho. São esperados outros pronunciamentos, em especial no Rio Grande do Sul e na Câmara Federal.